

O Sistema Único de Saúde (SUS) é, sabidamente, a maior e mais inclusiva política pública do Brasil, sem a qual 75% dos(as) brasileiros(as) não teriam o seu direito mais elementar, o direito à saúde, atendido.

Embora já soubéssemos da sua importância, a pandemia de Coronavírus escancarou, para aqueles(as) que ainda duvidavam, a necessidade de um sistema público de saúde, de um estado forte e de trabalhadores(as) concursados(as) e com estabilidade garantida. Se o número de mortes no Brasil é um dos maiores do mundo, símbolo da incúria de nossos governantes, particularmente da presidência da república, todos estudiosos e especialistas são unânimes em afirmar que teria sido muito pior se não fosse o SUS. Foi com financiamento de nossos impostos que institutos de pesquisa públicos e universidades estatais garantiram vacinas, leitos de UTI, pesquisas, assistência à saúde básica, entre outras ações que salvaram milhões de acometidos(as) pela doença, além de continuar garantindo cuidados para outros problemas de saúde do(a) brasileiro(a).

Entretanto todo esse reconhecimento não tem impedido ataques que desmontam o pouco de Estado de Bem-estar Social garantido pela constituição de 88, particularmente na Saúde. É forçoso reconhecer que o SUS sempre esteve sob ameaça, desde sua implantação nos anos 90, quando o neoliberalismo se aprofundou no país. Elas persistem e se intensificam no governo Bolsonaro, que faz aprovar leis e normas ultraliberais num congresso sob seu comando graças a polpudas verbas amealhadas do orçamento federal, destruindo o que nos resta de políticas públicas no Brasil.

São ataques que se concretizam no desfinanciamento do setor, nas mudanças na forma de financiamento da atenção primária e, principalmente, na privatização de serviços, sejam através de terceirizações de atividades meio e fim, seja por entrega da gestão a Organizações Sociais e a entidades ditas sem fins lucrativos. Não satisfeitos, as investidas se agravam por propostas do governo federal, de substituir o SUS por planos de saúde de quinta categoria, através de “vouchers”. Além disso, está tramitando na Câmara Federal a reforma administrativa (PEC 32), cujo objetivo é acabar com o funcionalismo público e facilitar a privatização dos serviços estatais. Não podemos esquecer que uma das estratégias mais usada pelos governos, federal, estaduais e municipais, é a de sucatear os serviços públicos e acabar com os direitos dos(as) servidores(as), justificando assim a necessidade de entregá-los à sanha do mercado.

Em Campinas, como de resto na maioria dos municípios brasileiros, a terceirização e a privatização do SUS já está em curso há mais de uma década. Aproximadamente 45% do orçamento da Saúde é destinado à compra de serviços privados, inclusive de atividades fins. O Complexo Hospitalar Ouro Verde, como já denunciado várias vezes pelo Conselho Municipal de Saúde, é colonizado por inúmeras empresas de assistência à saúde e de terceirização de mão de obra, inclusive sob a forma de “pejotização”. Terceirizações são sinônimo de fragmentação, dificuldade de construir redes comunicativas, encarecimento de serviços e, muitas vezes, corrupção e malversação do dinheiro público.

Nas últimas semanas circulam entre trabalhadores(as) das Unidades de Pronto Atendimento rumores sobre a privatização delas, iniciando-se pela UPA Campo Grande. A história se repete: sucateamento do

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

serviço, plantões incompletos, inúmeras horas de espera para atendimento, fruto da falta de vontade política de se ter um estado resolutivo, justificam a entrega para a iniciativa privada, ainda que sob a grife de alguma universidade.

O Conselho Municipal de Saúde por várias vezes se manifestou contrário à privatização dos serviços públicos. Saúde não é mercadoria que se adquire no mercado. Não será entregando os serviços à iniciativa privada, ainda que disfarçadas como entidades benemerentes e não lucrativas, que teremos melhores serviços de saúde, como a realidade tem demonstrado.

Portanto recomendamos à Secretaria de Saúde que suspenda as iniciativas de terceirização e privatização dos serviços de urgência e emergência da cidade e envidem todos seus esforços para buscar estratégias e ações para melhorá-los e torná-los efetivos através da gestão pública e com trabalhadores(as) estáveis e concursados(as).

Não será com menos estado e mais mercado que teremos nossos problemas resolvidos. Outros países, particularmente da Europa, apesar da força devastadora do neoliberalismo, são exemplares em demonstrar a importância dos serviços públicos para garantir o direito a uma saúde pública, universal, equânime e de qualidade para todos os seus(suas) cidadãos(ãs).

Conselho Municipal de Saúde de Campinas

Campinas, 08 de setembro de 2021.